FLS. Nº 01
Rubrica

ADITIVO Nº 01

PRORROGAÇÃO DE PRAZO

DO

CONTRATO

Nº 011/2025

OBJETO – Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Marketing e Publicidade para Gestão e Manutenção de Redes Sociais da Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA.

PROCESSO – n° 012/2026.

FLS. Nº 02
Rubrica

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO

Processo Administrativo nº 012/2026

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, lavrei o presente TERMO DE ABERTURA deste processo Administrativo para realização do 1° termo aditivo de prorrogação da vigência de prazo do contrato nº 011/2025, que tem como primeira folha a de nº01, que corresponde a este termo.

Debora Daniele Dias de Sousa
Secretária Administrativa

FLS. Nº 03
Rubrica

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

MEMO INTERNO 2026 – CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR-MA

Excelentíssimo Senhor
Antônio Fernando Oliveira
Presidente da Câmara Municipal

NESTA

ASSUNTO: Solicitação de autorização para instauração de procedimento administrativo visando à celebração de Termo Aditivo de Prazo

Senhor Presidente,

Solicito a autorização de Vossa Excelência para a instauração do competente procedimento administrativo destinado à celebração de Termo Aditivo de Prazo ao Contrato nº 011/2025, oriundo da Dispensa de Licitação nº 008/2025, celebrado com a empresa **V P DA C CASTRO**.

A celebração do referido Termo Aditivo justifica-se pela necessidade de prorrogação da vigência contratual, com a finalidade de assegurar a continuidade da prestação dos serviços especializados de marketing e publicidade, compreendendo a gestão, manutenção e produção de conteúdo para as redes sociais institucionais da Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA.

A prorrogação pretendida revela-se necessária para evitar a descontinuidade dos serviços, preservando a regular divulgação das ações institucionais desta Casa Legislativa, bem como garantindo a continuidade das atividades de comunicação oficial junto à população. Ressalta-se, ainda, que os serviços vêm sendo executados de forma satisfatória pela contratada, em conformidade com as obrigações assumidas, permanecendo o interesse público na manutenção da contratação.

Dessa forma, considerando a necessidade de continuidade dos serviços e a vantajosidade da prorrogação contratual para a Administração, encaminham-se os autos para apreciação de Vossa Excelência e, sendo este o entendimento, para autorização do prosseguimento dos trâmites administrativos necessários à formalização do respectivo Termo Aditivo, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Termos em que,

Pede deferimento.

Duque Bacelar/MA, 23 de fevereiro de 2026

Debora Daniele Dias de Sousa
Secretária Administrativa

FLS. Nº 124
Rubrica

FLS. Nº 04
Rubrica

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

TERMO DE CONTRATO Nº 011/2025

Processo Administrativo nº 012/2025
Dispensa de Licitação nº 08/2025

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DUQUE BACELAR-MA, ATRAVÉS DA CÂMARA MUNICIPAL E A EMPRESA V P DA C CASTRO.

Por este instrumento particular, o MUNICÍPIO DE DUQUE BACELAR-MA, através da **CÂMARA MUNICIPAL**, situada na Ave. Coronel Rosalino, s/n Centro , DUQUE BACELAR-MA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.740.442/0001-13, neste ato representado pelo presidente Sr. Antônio Fernando Oliveira, CPF n° 432.433.123-53, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a empresa, pessoa jurídica de direito privado, V P DA C CASTRO, CNPJ nº 45.538.503/0001-53, Sediada na Rua São Judas Tadeu, Centro. Duque Bacelar-MA, neste ato representada por seu representante legal, Sr. Vinícios Pereira da Costa Castro, CPF n° 608.984.583-31, doravante denominada **CONTRATADA**, tem, entre si, ajustado o presente CONTRATO n° 011/2025, decorrente da Dispensa de Licitação n° 08/2025, formalizado nos autos do Processo Administrativo nº 012/2025, submetendo-se as cláusulas e condições abaixo e aos preceitos instituídos pela Lei Federal n° 14.133/2021, em seu art. 75, inciso II.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. Contratação de empresa especializada na prestação de Serviços de Marketing e Publicidade para Gestão e Manutenção de Redes Sociais da Câmara de Vereadores de Duque Bacelar-MA, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.2.2. A Autorização de Contratação Direta;

1.2.3. A Proposta do Contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E FORMA DE RECEBIMENTO DO OBJETO

2.1. O recebimento dos serviços será feito de acordo com as disposições previstas no Termo de Referência, nos termos do Art. 140 da Lei n° 14.133/2021.

2.2. O objeto do presente contrato administrativo deverá ser executado após o recebimento da ordem de serviço pela Contratada.

2.3. O não cumprimento do disposto no item 7.1 acarretará a aplicação de multa de mora e, a critério da Administração, a extinção unilateral do contrato, com fundamento no art. 162 da Lei n° 14.133/2021.

2.4. A administração rejeitará fundamentadamente, todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com o especificado no termo de referência e na proposta, com fundamento no art. 140, § 1°, da Lei n° 14.133/2021.

2.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 3 (três) dias úteis, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, com fundamento no art. 119 da Lei n° 14.133/2021.

2.6. O não cumprimento do disposto no item 7.4 acarretará a aplicação de multa de mora e, a critério da Administração, a extinção unilateral do contrato, com fundamento no art. 162 da Lei n° 14.133/2021.

2.7. O objeto contratado será recebido:

2.7.1. Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material ou serviço com as exigências contratuais, com fundamento no art. 140, inciso II, alínea "a", da Lei n° 14.133/2021.

2.7.2. Definitivamente, em até 30 (trinta) dias, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, com fundamento no art. 140, inciso II, alínea "b", e § 3° da Lei n° 14.133/2021.

2.8. O setor competente, designado para o acompanhamento do objeto, fará o recebimento limitando-se a verificar a sua conformidade com o discriminado na nota fiscal, no termo de referência e na proposta da empresa vencedora, fazendo constar no canhoto e no verso da nota a data da entrega e, se for o caso, as irregularidades observadas.

2.9. Assim, foi devidamente especificado os critérios de medição, conforme determina o art. 6°, inciso XXIII, ALÍNEA "G", DA Lei n° 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - GARANTIA DOS SERVIÇOS

3.1. Independentemente da aceitação, a Contratada garantirá a qualidade do serviço executado, pelo prazo de validade.

CLÁUSULA QUARTA – VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1. Pela aquisição do objeto do presente instrumento de contrato, a CONTRATANTE, pagará à CONTRATADA, o valor global de R$ 61.200,00 (sessenta e um mil e cem reais).

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANT MESES	VAL UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviços de Marketing e Publicidade para Gestão e Manutenção de Redes Sociais da Câmara de Vereadores de Duque Bacelar, MA	12	R$ 5.100,00	R$ 61.200,00

4.2. O pagamento será realizado pelo setor competente da Câmara Municipal de Duque Bacelar – MA, no prazo de até 30 (trinta) dias após a solicitação pela contratada, acompanhada da nota fiscal e dos documentos de regularidade fiscal, desde que respeitada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, com fundamento no art. 141, caput, da Lei n° 14.133/2021.

4.3. O órgão disponibilizará, em seção específica de acesso à informação em seu sítio na internet, a ordem cronológica de seus pagamentos, com fundamento no art. 141, § 3°, da Lei n° 14.133/2021.

4.4. A nota fiscal deverá especificar de forma detalhada o objeto executado.

4.5. A nota fiscal que apresentar erro será devolvida para correção e reapresentação, oportunidade em que será reaberta a contagem do prazo previsto no item 8.1.

4.6. O pagamento apenas será efetuado após a especificação liquidação da despesa, conforme previsto no art. 63 da Lei n° 4.320/1964, que terá por base o contrato, a nota de empenho e os comprovantes da entrega do objeto.

4.7. O pagamento apenas será efetuado após a empresa comprovar a manutenção de todas as condições de habilitação exigidas no termo de referência, com fundamento no art. 92, inciso XVI, da Lei n° 14.133/2021.

4.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) I = (6 / 100) I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

4.10. Assim, foi devidamente especificado os critérios de pagamento, conforme determina o art. 6°, inciso XXIII, alínea "g", da Lei n° 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA- RECURSOS FINANCEIROS

5.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA.

5.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Orgão: 01 – Câmara Municipal
Unidade Gestora: 01.01 – Câmara Municipal
Projeto/Atividade: 2001 – Manutenção E Funcionamento Da Câmara Municipal
Classificação Econômica: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços De Terceiro Pessoa Jurídica;

5.3. Em caso de prorrogação contratual ou alteração/inclusão dos respectivos créditos orçamentários e/ou financeiros, as despesas decorrentes da execução do objeto correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento vigente, devidamente classificadas em termo de aditamento de contrato.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

6.1. A contratada terá direito ao reajustamento, desde que decorridos 12 (doze) meses da data base vinculada à data do orçamento estimado, conforme previsto no art. 25, § 7°, c/c art. 92, inciso V, da Lei n° 14.133/2021.

6.2. O reajustamento será calculado através da seguinte formula:

6.2.1. O índice de reajuste será o índice de Preços ao consumidor Amplo – IPCA, instituído pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

6.2.2. A data base adotada será a data 01 (um) ano posterior ao início da vigência contratual.

6.2.3. Para o cálculo do reajustamento será utilizada a seguinte fórmula:

$$R = V \times \frac{I - Io}{Io} = \text{onde:}$$

R – Valor do reajustamento calculado;
V – Valor contratual do objeto a ser reajustados;
I – Índice (IPCA), correspondente à data base.

6.3. Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas que ultrapassem o período mencionado e caso o adimplemento da obrigação das parcelas a realizar não estejam atrasadas por culpa da Contratada.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará à contratada a importância calculada pelo índice anual vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgada o índice definitivo.

6.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.6. Na ausência de previsão legal quanto ai índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES

7.1. Este contrato administrativo terá vigência até 31 de dezembro de 2025, conforme Termo de Referência e determina Lei n° 14.133/2021.

7.2. Caso o objeto do contrato administrativo não seja exaurido até o final de sua vigência a mesma será automaticamente prorrogada, desde que haja disponibilidade de créditos orçamentários, conforme possibilita o art. 109 c/c art. 105 da Lei n° 14.133/2021.

7.3. O contrato poderá ser alterado unilateralmente pela Administração, conforme dispõe o art. 124, inciso I, da Lei n° 14.133/2021:

7.3.1. Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;

7.3.2. Quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

7.4. O contrato poderá ser alterado por acaso entre as partes, conforme dispõe o art. 124, inciso II, da Lei n° 14.133/2021:

7.4.1. Quando conveniente a substituição da garantia de execução;

7.4.2. Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como modo de fornecimento em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

7.4.3. Quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de serviço;

7.4.4. Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequência incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

7.5. Nas alterações unilaterais a que se refere o item 7.3, subitem "7.3.1", o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, não sendo possível a transfiguração do objeto, conforme dispõe o art. 124 c/c art. 125 da Lei n° 14.133/2021.

7.6. Nas alterações contratuais para supressão, se o contratado já houver adquirido os materiais e os colocados no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados, conforme dispõe o art. 129 da Lei n° 14.133/2021.

7.7. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, conforme dispõe o art. 130 da Lei n° 14.133/2021.

7.8. Eventual pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, conforme dispõe o art. 131, parágrafo único, da Lei n° 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1. Caberá ao CONTRATANTE além das obrigações previstas no AVISO e no Termo de Referência:

8.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnicos, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução do(s) Contrato(s);

8.1.2. Vetar o emprego de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, para execução dos serviços, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens patrimoniais, ou ser prejudicial à saúde dos usuários;

8.1.3. A Contratante deverá ter reservado o direito de não mais utilizar os serviços da Contratada caso a mesma não cumpra o estabelecido no Contrato, aplicando ao infrator as penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021;

8.1.4. Intervir ou interromper a execução dos serviços, nos casos e condições previstos na Lei nº 14.133/2021;

8.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada de acordo com as disposições do Contrato;

8.1.6. Denunciar as infrações cometidas pela Contratada e aplicar-lhe às penalidades cabíveis nos termos da Lei nº 14.133/2021;

8.1.7. Modificar ou rescindir unilateralmente o Contrato nos casos previstos na Lei nº 14.133/2021;

8.1.8. Preencher e enviar a Ordem de serviço de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de referência;

8.1.9. Receber os serviços executados pela CONTRATADA, que estejam em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções a serem realizadas, devendo assinar ao final o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO;

8.1.10. Solicitar a substituição imediata de serviços que julgar insuficientes, inadequados ou prejudiciais;

8.1.11. Recusar com a devida justificativa qualquer serviço executado fora das especificações constantes na proposta da CONTRATADA;

8.1.12. Assumir a responsabilidade pelos prejuízos eventualmente causados à CONTRATADA, decorrentes do mau uso ou operação imprópria, a partir do ato da recepção do serviço executado de forma inadequada;

8.1.13. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento da fatura da emitida pela CONTRATADA dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;

8.1.14. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento dos serviços.

8.1.15. Promover o acompanhamento e a fiscalização do objeto contratado, sob os aspectos quantitativos e qualificativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando por escrito à CONTRATADA, as ocorrências de imperfeições, falhas ou irregularidades, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades constatadas no fornecimento dos serviços.

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

8.2. Caberá à CONTRATADA, além das obrigações previstas no contrato e no Termo de referência:

8.2.1. Executar os serviços, objeto do contrato, em conformidade com o Termo de referência, e de acordo com a sua proposta de preço, independentemente de sua transcrição, sob as penas da Lei nº 14.133/2021;

8.2.2. Assumir em caráter exclusivo, toda e qualquer responsabilidade de natureza civil, trabalhista previdenciária, comercial, fiscal, e respectivos ônus, tanto em relação a si, quanto ao pessoal eventualmente contratado para a entrega dos serviços objeto do contrato;

8.2.3. Emitir a Nota Fiscal de Fornecimento dos Serviços fazendo discriminar no seu corpo a dedução dos impostos exigidos pela Contratante, e o lote e número de processo de contratação.

8.2.4. Executar os serviços conforme especificações definidas no Termo de referência, não podendo nunca ser inferior a esta;

8.2.5. Manter capacidade mínima de execução para atender as demandas contratadas;

8.2.6. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo contratante, relacionados com as especificações dos serviços;

8.2.7. Executar, nos locais determinados pelo CONTRATANTE na(s) Ordem(ns) de Serviços, os serviços objeto da presente contratação, às suas expensas, dentro do prazo de execução estabelecido;

8.2.8. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente em relação aos serviços que forem objetos do Contrato e prestar os esclarecimentos necessários;

8.2.9. Indicar, formalmente, preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do Contrato;

8.2.10. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências dos Fiscais dos Contatos e/ou dos Gestores dos Contratos inerentes à execução do objeto contratual;

8.2.11. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do objeto pela CONTRATANTE.

8.2.11.1. Apurado o dano e caracterizada sua autoria por qualquer empregado da CONTRATADA, esta pagará à CONTRATANTE o valor correspondente, mediante o pagamento de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, a ser emitida pelo Gestor do Contrato no valor correspondente ao dano, acrescido das demais penalidades constantes do instrumento convocatório e do contrato.

8.2.12. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da execução do objeto pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento dos serviços, total ou parcialmente, a qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária, e recusar os materiais empregados que julgar inadequados;

8.2.13. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.2.14. Emitir fatura no valor pactuado e nas condições do Contrato, apresentando à CONTRATANTE para pagamento;

8.2.15. Substituir os serviços reprovados na aceitação, dentro do prazo estabelecido no Termo de referência, sem ônus para a CONTRATANTE;

8.2.16. Substituir os serviços que apresentarem falhas, sem ônus para a CONTRATANTE, no prazo de demais condições previstas no Termo de referência.

8.2.17. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

8.2.18. Executar, nos locais determinados pelo CONTRATANTE na Ordem de Serviço, objeto da presente contratação, às suas expensas, dentro do prazo de execução estabelecido;

8.2.19. Arcar com todas as despesas relacionadas à Executar os serviços, tais como frete, seguro, impostos, taxas e outros, inclusive em caso de troca, se houver.

8.2.20. Os Serviços deverão ser de excelente qualidade, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor.

8.2.21. A contratada estará obrigada a atender a todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato, ainda que o fornecimento dos serviços decorrente esteja previsto para ocorrer após o término de sua vigência.

8.2.22. Tomar todas as providências necessárias para o fiel cumprimento das disposições contidas no Termo de referência e no(s) respectivo(s) contrato(s), inclusive quanto ao compromisso de fornecimento dos serviços dos quantitativos contratados;

8.2.23. Proceder com o Backup (cópia) de todo o conteúdo produzido durante a prestação dos serviços e execução do contrato, devendo ser entregue ao CONTRATANTE. Havendo necessidade de restauração de dados, tal solicitação deverá ser feita por escrito e o CONTRATADO terá até 24 horas para completar o restabelecimento do que necessário restaurar.

CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. As sanções administrativas serão aplicadas em conformidade com o disposto nos arts. 155 a 163 da Lei n° 14.133/2021, referentes ao capítulo "I – Das infrações e Sanções Administrativas".

9.2. O contratado poderá ser penalizado pelas seguintes infrações administrativas, conforme determina o art. 155 da Lei n° 14.133/2021:

9.2.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

9.2.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.2.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

9.2.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

9.2.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

9.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

9.2.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

9.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

9.2.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.2.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.2.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5° da Lei n°12.846, de 1/ de agosto de 2013.

9.3. Poderão ser aplicadas ao contrato as seguintes sanções, conforme determina o art. 156 da Lei n° 14.133/2021:

9.3.1. Advertência;

9.3.2. Multa;

9.3.3. Impedimento de licitar e contratar;

9.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.5. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente na hipótese da infração mencionada no item 9.2, subitem "9.2.1", quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme determina o art. 156, § 2°, da Lei n° 14.133/2021.

9.6. A sanção de multa será aplicada por qualquer das infrações mencionadas no item 9.2 e, a critério da administração, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato, conforme determina o art. 156, § 3°, da Lei n° 14.133/2021.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada nas hipóteses das infrações mencionadas no item 9.2, subitens "9.2.2", "9.2.3", "9.2.4", "9.2.5", "9.2.6" e "9.2.7", da Lei n° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave , e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, conforme determina o art. 156, § 4°, da Lei n° 14.133/2021.

9.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada nas infrações mencionadas no item 9.6, se necessária aplicação de penalidade mais grave, e nas infrações mencionadas no item 9.2, subitens "9.2.7", "9.2.8", "9.2.9", "9.2.10" e "9.2.11", e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta ou indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis (anos), conforme determina o art. 156, § 5°, da Lei n° 14.133/2021.

9.9. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa, conforme determina o art. 156, § 7°, da Lei n° 14.133/2021.

9.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da persa desse valor, a diferença será descontada a garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme determina o art. 156, § 8°, da Lei n° 14.133/2021.

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

9.11. A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, conforme determina o art. 156, § 9° da Lei n° 14.133/2021.

9.12. Da possibilidade de defesa:

9.12.1. Na aplicação da pena de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme determina o art. 157 da Lei n° 14.133/2021.

9.12.2. Na aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, conforme determina o art. 158 da Lei n° 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, conforme determina o art. 117 da Lei n° 14.133/2021.

10.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme determina o art. 117, § 1°, da Lei n° 14.133/2021.

10.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme determina o art. 117, § 2°, da Lei n° 14.133/2021.

10.4. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo contratante, conforme determina o art. 120 da Lei n° 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

11.1. A extinção do presente instrumento de contrato dar-se-á de acordo com os artigos 137, 138 e 139 da Lei Federal n°. 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1. O presente Instrumento é regido pelas disposições expressas na Lei nº 14.133, de 1° de abril de 2021, pelos preceitos de direito público, lhe aplicando supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CASOS OMISSOS

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

13.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 14.133/2021, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULADÉCIMA QUARTA– DA PUBLICAÇÃO RESUMIDA

14.1. Em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, a publicação resumida deste instrumento de contrato e seus aditamentos (se houver), será efetuada na imprensa oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Coelho Neto- MA, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da interpretação deste contrato com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na preste ata, as partes assinam o presente instrumento, que foi impresso em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas para que surtam seus legais e jurídicos efeitos.

Duque Bacelar/MA, 12 de Março de 2025

Antonio Fernando Oliveira

Antônio Fernando Oliveira
CPF n° 432.433.123-53
Representante legal do CONTRATANTE

gov.br Documento assinado digitalmente
VINICIOS PEREIRA DA COSTA CASTRO
Data: 12/03/2025 12:47:39-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

V P DA C CASTRO
Representante legal do CONTRATADO

Testemunhas

01 _____

01 _____

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR-MA

DESPACHO

Autorizo a abertura de processo administrativo, nos termos da Lei n.º 14.133/21.

Duque Bacelar(MA), 24 de fevereiro de 2026

Antônio Fernando Oliveira

Antônio Fernando Oliveira
Presidente

FLS. Nº 16
Rubrica

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR-MA

AO SETOR CONTÁBIL,

Tendo em vista a autorização para abertura de processo administrativo para Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo referente a Contratação de empresa especializada na prestação de Serviços de Marketing e Publicidade para Gestão e Manutenção de Redes Sociais da Câmara de Vereadores de Duque Bacelar-MA, favor informar a classificação orçamentária e financeira dos recursos deste processo.

Duque Bacelar/MA, 25 de fevereiro de 2026

Debora Daniele Dias de Sousa
Secretária Administrativa

DESPACHO SETOR CONTABIL

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- As despesas para atender ao objeto desta contratação mediante Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo de Contratação de empresa especializada na prestação de Serviços de Marketing e Publicidade para Gestão e Manutenção de Redes Sociais da Câmara de Vereadores de Duque Bacelar-MA, ocorrerão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Orgão: 01 – Câmara Municipal
Unidade Gestora: 01.01 – Câmara Municipal
Projeto/Atividade: 2001 – Manutenção E Funcionamento Da Câmara Municipal
Classificação Econômica: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços De Terceiro Pessoa Jurídica.

Duque Bacelar/MA, 26 de fevereiro de 2026

DARLAN BRUNO DIAS MARINHO:01919044302 Assinado de forma digital por DARLAN BRUNO DIAS MARINHO:01919044302

Contador
Darlan Bruno Dias Marinho
CRC Nº12453-0

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13
CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR-MA

FLS. Nº 18
Rubrica

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Na qualidade de Ordenador de Despesas da Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA, declaro, para os efeitos do inciso II do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do processo administrativo referente ao aditivo de prazo do Contrato nº 011/2025 , oriundo da Dispensa nº 008/2025, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada na prestação de Serviços de Marketing e Publicidade para Gestão e Manutenção de Redes Sociais da Câmara de Vereadores de Duque Bacelar/MA, possuem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) da Câmara Municipal e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), existindo dotação orçamentária suficiente para suportar as despesas decorrentes da prorrogação contratual.

Duque Bacelar (MA), 27 de fevereiro de 2026

Antonio Fernando Oliveira

Antônio Fernando Oliveira
Presidente

FLS. Nº 19
Rubrica

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR/MA

Oficio nº 07/2026 Duque Bacelar/MA, 02 de março de 2026

À empresa,
V P DA C CASTRO, CNPJ nº 45.538.503/0001-53,
Sediada na Rua São Judas Tadeu, Centro. Duque Bacelar-MA.
Email: viniciospcastro19@gmail.com
Representante: Sr. Vinícios Pereira da Costa Castro, CPF n° 608.984.583-31

Prezado Senhor,

Devido ao encerramento do Contrato n° 011/2025, no próximo dia 13 (treze) do mês corrente, que tem por objeto, Contratação de empresa especializada na prestação de Serviços de Marketing e Publicidade para Gestão e Manutenção de Redes Sociais da Câmara de Vereadores de Duque Bacelar-MA.

Solicitamos anuência desta empresa, para fins de assinatura do PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO do contrato original, por mais 12 (doze) meses, mantenho a ratificação de todos os termos, condições e as demais cláusulas constantes do contrato inicial.

Sem mais para o momento, reitero protesto de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Debora Daniele Dias de Sousa
Secretária Administrativa

TECNOLOGIA

FLS. Nº 20
Rubrica

CNPJ: 45.538.503/0001-53
V P DA C CASTRO
E-MAIL: ivctecnologia01@gmail.com
FONE: (98) 98153-9453

Manifestação de Interesse – Aditivo Contratual nº 011/2025

À Câmara Municipal de Duque Bacelar-MA.

Cumprimentando-os cordialmente, em atenção à solicitação referente à celebração de aditivo contratual ao Contrato nº 011/2025, firmado entre esta empresa e a Câmara Municipal de Duque Bacelar-MA, **manifestamos formalmente nosso interesse na prorrogação do referido contrato.**

A empresa V P DA C CASTRO, inscrita no CNPJ nº 45.538.503/0001-53, reafirma seu compromisso com a qualidade dos serviços prestados, especialmente no que se refere à Contratação de empresa especializada em marketing, publicidade e manutenção de redes sociais da Câmara Municipal de Duque Bacelar-MA, mantendo-se à disposição para dar continuidade às atividades nos termos da legislação vigente.

Colocamo-nos à disposição para a formalização do respectivo termo aditivo e demais providências necessárias.

Atenciosamente,

Duque Bacelar – MA, 02 de Março de 2026.

Vinicios Pereira da Costa Castro.:

V P DA C CASTRO
Vinícios Pereira da Costa Castro

FLS. Nº 21
Rubrica

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR-MA

Ilmo. Sr.
Washington Carlos Ferreira dos Santos
Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Duque Bacelar/MA

NESTA

AUTORIZAÇÃO

Na qualidade de Ordenador de Despesas da Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA, e considerando a regular instrução dos autos do processo administrativo, AUTORIZO o prosseguimento dos procedimentos necessários à celebração do Termo Aditivo ao Contrato nº 011/2025 , visando à prorrogação de sua vigência, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada na prestação de Serviços de Marketing e Publicidade para Gestão e Manutenção de Redes Sociais da Câmara de Vereadores de Duque Bacelar/MA.

Encaminhem-se os autos para as providências cabíveis, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Duque Bacelar/MA, 05 de março de 2026

Atenciosamente,

Antonio Fernando Oliveira
Antônio Fernando Oliveira
Presidente

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO CONTRATO Nº 1201.1/2024

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO CONTRATO Nº 1201.1/2024

PARTES: Prefeitura Municipal de Duque Bacelar/Ma, através da **Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer / FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Basica,** CNPJ sob o nº 30.768.891/0001-91 e a empresa C T S DE AGUIAR LTDA, CNPJ: 25.308.876/0001-20; **OBJETO**: serviços de manutenção preventiva e corretiva em geral de veículos (motor, injeção, suspenção, freios, elétricos, injeção eletrônica, escapamento, radiador etc...); **CLAUSULA PRIMEIRA** - O presente Aditivo tem a finalidade de alterar as CLAUSULAS SEXTA, do contrato nº 1201.1/2024; **CLAUSULA SEGUNDA**, Fica alterado o prazo para execução, será de mais 12 (doze) meses, a partir do dia 10/01/2025 a 10/01/2026, nos Termos da Lei 8,666/93 e se houver interesse entre as partes. As demais cláusulas ficam inalteradas e em pleno vigor do contrato original. **SIGNATÁRIOS:** Srº Caio Tayson Sousa De Aguiar, CPF: 047.186.503?64, pela contratada e o Sr. Sr Jales Moura de Freitas Carvalho, CPF nº 375.125.443-91, pela contratante. Duque Bacelar-Ma, 10 de janeiro de 2025.

Adv. Sandra Maria da Costa
OAB/PI – 4650
Assessor Jurídico

Identificador: 402-829a591749a5f23eb54a9170e8901213c1d9fa54

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO CONTRATO nº 1201.2/2024

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO CONTRATO nº 1201.2/2024

PARTES: Prefeitura Municipal de Duque Bacelar/Ma, através da **Secretaria Municipal de Saúde / Fundo Municipal de Saúde,** CNPJ sob o nº 11.310.542/0001-87 e a empresa C T S DE AGUIAR LTDA, CNPJ: 25.308.876/0001-20: Serviços de manutenção preventiva e corretiva em geral de veículos (motor, injeção, suspenção, freios, elétricos, injeção eletrônica, escapamento, radiador etc...); **CLAUSULA PRIMEIRA** - O presente Aditivo tem a finalidade de alterar as **CLAUSULAS SEXTA,** do contrato nº 1201.2/2024; **CLAUSULA SEGUNDA**, Fica alterado o prazo para execução, será de mais 12 (doze) meses, a partir do dia 10/01/2025 a 10/01/2026, nos Termos da Lei 8,666/93 e se houver interesse entre as partes. As demais cláusulas ficam inalteradas e em pleno vigor do contrato original. SIGNATÁRIOS: Srº Caio Tayson Sousa De Aguiar, CPF: 047.186.503?64, pela contratada e a Sr.ª Ana Leonor Batista Burlamaqui, CPF: 643.749.203-15, pela contratante. Duque Bacelar - Ma, 10 de janeiro 2025.

Adv. Sandra Maria da Costa
OAB/PI – 4650
Assessor Jurídico

Identificador: 402-7b540ac7ec39b1012d21f670e25d50f01fe518a6

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO CONTRATO Nº 1201/2024

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO CONTRATO Nº 1201/2024

PARTES: Prefeitura Municipal de Duque Bacelar - MA, através da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Infraestrutura CNPJ sob o nº. 06.314.439/0001-75 e a empresa C T S DE AGUIAR LTDA, CNPJ: 25.308.876/0001-20, OBJETO: serviços de manutenção preventiva e corretiva em geral de veículos (motor, injeção, suspenção, freios, elétricos, injeção eletrônica, escapamento, radiador etc...); **CLAUSULA PRIMEIRA** - O presente Aditivo tem a finalidade de alterar as CLAUSULAS SEXTA, do contrato nº 1201/2024 ; **CLAUSULA SEGUNDA**, Fica alterado o prazo para execução, será de mais 12 (doze) meses, a partir do dia 10/01/2025 a 10/01/2026, nos Termos da Lei 8,666/93 e se houver interesse entre as partes. As demais cláusulas ficam inalteradas e em pleno vigor do contrato original. As demais cláusulas ficam inalteradas e em pleno vigor do contrato original; **SIGNATÁRIOS:** Srº Caio Tayson Sousa De Aguiar, CPF: 047.186.503?64, pela contratada e o Sr. Robert Otoni Furtado Oliveira, CPF nº 088.961.273-00, pela contratante. Duque Bacelar-Ma, 10 de janeiro de 2025.

Adv. Sandra Maria da Costa
OAB/PI – 4650
Assessor Jurídico

Identificador: 402-d61ebbaa72eee73aa04ef40b67986b8b8c5f9d69

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA 001/2025

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA 001/2025

Pelo presente instrumento de TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, de um lado a **Prefeitura Municipal de Duque Bacelar-MA**, localizada AV. Cel. Rosalino, 155, centro, Duque Bacelar – MA, CEP: 65625000,

CNPJ N° 06.314.439/0001-75 neste ato por seu FRANCISCO FLÁVIO LIMA FURTADO, brasileiro, casado, agente político, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.036.546 SSP - PI, inscrito no CPF/MF sob o nº 396.299.293 - 68, residente e domiciliado na Povoado Ana Maria, Duque Bacelar-MA e de outro lado, a **Câmara Municipal de Vereadores de Duque Bacelar-MA,** inscrita no CNPJ Nº 07.740.442/0001-13, localizada na AV. Cel. Rosalino, s/n, centro, Duque Bacelar – MA, CEP: 65625000, neste ato por seu Presidente Antonio Fernando Oliveira, casado, agente político, portador da Cédula de Identidade RG nº 027267492004-8 SSP/MA, inscrito no CPF/MF 432.433.123-53-, residente e domiciliado na rua Chico Rita, s/n, Bairro Alto Bonito, Duque Bacelar-MA, celebram o presente instrumento nos seguintes termos:

1. O presente **TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA** é uma ferramenta que cria vinculação de caráter técnico e jurídico, firmado com o objetivo de estabelecer entre a Prefeitura Municipal de Duque Bacelar-MA e Câmara Municipal de Duque Bacelar-MA a utilização da estrutura da **Comissão de Contratação** e do **Agente de Contração Equipe de Apoio,** através da qual poderá a Câmara Municipal realizar suas compras e contratações, cumprindo todas as exigências da Lei Orgânica e as resoluções do Tribunal de Contas da União e do Estado do Maranhão, além das leis que regem a atividade administrativa, com destaque a Lei nº 14.133/2021 e demais normas atinentes ao objeto.

2. A Prefeitura Municipal de Duque Bacelar-MA disponibilizará sua **Comissão de Contratação** e do **Agente de Contração Equipe de Apoio,** para que estes realizem, mediante autorização direta do Presidente da Câmara Municipal, como determina o artigo 37 da Constituição Federal, as licitações para compras e contratações de necessidade da Casa Legislativa.

3. No cumprimento do presente instrumento, a **Comissão de Contratação** e do **Agente de Contração Equipe de Apoio,** adotarão a mesma postura necessária para seu trabalho, de forma independente e sem vinculação às pessoas, respeitando, sob pena de responsabilidade, aos princípios da Publicidade, Moralidade, Eficiência e os demais princípios que norteiam a administração, respondendo seus membros por faltas que vierem a praticar no exercício de suas atribuições.

Na realização das licitações de interesse da Câmara Municipal, deverá ser utilizada as dotações orçamentarias do poder legislativo, sendo obrigatório que os atestados e declarações contábeis sejam emitidos e sob inteira responsabilidade do Setor Contábil da Câmara Municipal de Vereadores, respeitando-se sempre o princípio da isonomia e independência dos poderes, cabendo neste passo ao Presidente da Câmara o desempenho de autoridade superior à **Comissão de Contratação** e do **Agente de Contração Equipe de Apoio**, cabendo a este a decisão final sobre os temas levados a seu conhecimento ou decisão, incluindo-se homologação e adjudicação de resultados em sede de qualquer modalidade de licitação.

5. As solicitações de licitação que envolvam a Câmara Municipal serão autorizadas privativamente pelo Presidente da Câmara, respeitado o regimento interno da mesma.

6. O presente instrumento é firmado em caráter de cooperação técnica, inexistindo qualquer vinculação de ordem financeira entre as partes.

7. O presente instrumento é firmado com autorização legislativa e com base na consulta junto ao Tribunal de Contas do estado do Maranhão (TCE/MA 2693/2015), sendo defesa a utilização de dotações orçamentarias do Poder Executivo em qualquer licitação processada por autorização da Câmara Municipal de Vereadores.

8. As despesas com a publicação de editais, resultados e extratos de contratos correrão às dotações da própria Câmara Municipal de Vereadores.

9. Este instrumento terá validade até o dia 31 de dezembro/2026, podendo ser prorrogado, se de interesse e necessidade das partes, mediante simples aditivo.

Para que surtam seus legais e jurídicos efeitos, as partes firmam o presente instrumento em três vias, que será publicado em extrato no Diário Oficial do Município.

Duque Bacelar-MA, 06 de janeiro de 2025.

Prefeitura Municipal de Duque Bacelar-MA
CNPJ: 06.314.439/0001-75
Francisco Flávio Lima Furtado
Prefeito

Câmara Municipal de Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13
Antonio Fernando Oliveira
Presidente da Câmara

Identificador: 402-b24f00ac2e5b42aa6d7d019c457c777eb19a20fc

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR-MA

AUTUAÇÃO DO PROCESSO

Pelo presente instrumento, autuamos esse processo nas condições abaixo, juntando a documentação específica.

DA LICITAÇÃO

- Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO (Termo Aditivo)

- Requisitante: Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA.

DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Constitui objeto do presente processo a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 011/2025, cujo objeto consiste na prestação de serviços especializados de marketing e publicidade, compreendendo a gestão, manutenção e produção de conteúdo para as redes sociais institucionais da Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA, visando assegurar a continuidade dos serviços durante o novo período de vigência.

DA INDICAÇÃO DOS RECURSOS

- As despesas para atender ao objeto desta contratação, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Orgão: 01 – Câmara Municipal
Unidade Gestora: 01.01 – Câmara Municipal
Projeto/Atividade: 2001 – Manutenção E Funcionamento Da Câmara Municipal
Classificação Econômica: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços De Terceiro Pessoa Jurídica;

E, para constar, lavra-se a presente Autuação, que passa a integrar os autos do Processo Administrativo.

Comissão Permanente de Licitação do Município de Duque Bacelar, Estado do Maranhão, em 06 de março de 2026.

Washington Carlos Ferreira dos Santos
Agente de Contratação

Nayara Cristina Alencar Gomes
Equipe de Apoio

Raimundo Nonato Araújo Silva
Equipe de Apoio

FLS. Nº 25
Rubrica

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

DESPACHO COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO/PMDB Em 09/03/2026

À Assessoria Jurídica

Encamihamento para análise e manifestação, de consulta sobre primeiro termo de aditivo de prorrogação de prazo do objeto ao contrato nº 011/2025 , referente à prestação de serviços de Marketing e Publicidade para Gestão e Manutenção de Redes Sociais da Câmara Municipal de Duque Bacelar /MA.

Atenciosamente,

Washington Carlos Ferreira dos Santos
Agente de Contratação

FLS. Nº 26
Rubrica

PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo nº 012/2026

Referência: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 011/2025 — Dispensa de Licitação nº 008/2025

Contratada: V P DA C CASTRO, CNPJ nº 45.538.503/0001-53

Objeto: Prorrogação da vigência contratual por 12 (doze) meses

EMENTA: Direito Administrativo. Contrato de prestação de serviços de marketing e publicidade para gestão e manutenção de redes sociais institucionais. Primeiro termo aditivo de prorrogação de prazo. Serviço de natureza continuada. Art. 107 da Lei nº 14.133/2021. Previsão contratual de prorrogação automática enquanto não exaurido o objeto. Tempestividade do aditamento. Anuência da contratada. Manutenção integral das condições econômicas. **PARECER FAVORÁVEL**, com recomendações.

I – RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Secretaria Administrativa desta Casa Legislativa, mediante autorização do Excelentíssimo Senhor Presidente, destinado à celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 011/2025, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de marketing e publicidade para gestão e manutenção das redes sociais institucionais da Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA, compreendendo a produção e a manutenção de conteúdo de comunicação oficial.

O contrato originário decorre da Dispensa de Licitação nº 008/2025, fundada no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, tendo sido celebrado em 12 de março de 2025, mediante contraprestação de 12 (doze) parcelas mensais de R$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais), perfazendo o valor global de R$ 61.200,00 (sessenta e um mil e duzentos reais).

Instruem os autos, na ordem em que se acham autuados: Termo de Abertura; Memorando Interno da Secretaria Administrativa solicitando autorização para instauração do procedimento; cópia integral do Contrato nº 011/2025, acompanhada do respectivo termo de juntada; Despacho autorizativo da Presidência; Despacho de encaminhamento ao Setor Contábil; manifestação do Setor Contábil quanto à classificação orçamentária; Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira firmada pelo Ordenador de Despesas; Ofício de consulta à contratada; manifestação formal de interesse da contratada na prorrogação; documentação comprobatória de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária atualizada; manifestação do gestor/fiscal do contrato atestando a execução satisfatória do objeto; atestado de vantajosidade e economicidade da prorrogação; Autorização do Ordenador de Despesas; Termo de Autuação; Despacho de encaminhamento ao Controle Interno; Parecer do Controle Interno; e minuta do Primeiro Termo Aditivo.

Vieram os autos a esta Assessoria Jurídica para controle prévio de legalidade. É o relatório.

FLS. Nº 27
Rubrica

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 – Da competência, do objeto da análise e das premissas adotadas

A presente análise se dá nos termos do art. 53 da Lei nº 14.133/2021, que impõe, ao final da fase preparatória, o encaminhamento do processo ao órgão de assessoramento jurídico para controle prévio de legalidade.

A manifestação restringe-se aos aspectos jurídico-formais da pretensão, não alcançando os juízos de conveniência, oportunidade, necessidade administrativa, adequação técnica do objeto ou aferição de valores, matérias afetas à esfera discricionária do gestor e às unidades técnicas competentes.

Consigne-se, ainda, que este parecer se apoia nas informações, declarações, datas e elementos técnicos constantes das peças produzidas pelas unidades administrativas e pela autoridade competente, os quais são acolhidos como **premissas fáticas**, não competindo a esta Assessoria Jurídica a aferição de sua veracidade material, a conferência de dados numéricos ou a verificação in loco da execução contratual, responsabilidades que permanecem com os respectivos subscritores, na forma do art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e do art. 28 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Alteração superveniente de qualquer dessas premissas implica a necessidade de nova manifestação jurídica.

II.2 – Da natureza continuada do objeto

O objeto contratado consiste na gestão permanente dos canais digitais institucionais desta Casa Legislativa, com produção e manutenção contínua de conteúdo destinado à divulgação das sessões, das proposições em tramitação e dos atos do Poder Legislativo Municipal.

Não se trata de campanha isolada nem de peça publicitária de execução única. Cuida-se de atividade que se renova diariamente, acompanhando o calendário legislativo, e que se insere no dever constitucional de publicidade dos atos administrativos (art. 37, caput, da Constituição Federal), reforçado pelo dever de transparência ativa da Lei nº 12.527/2011. A interrupção do serviço acarretaria o silêncio dos canais oficiais e a descontinuidade da comunicação institucional com a população.

Configura-se, pois, serviço de natureza continuada, apto à prorrogação sucessiva de que trata o art. 107 da Lei nº 14.133/2021, respeitada a vigência máxima decenal.

II.3 – Do prazo contratado e da vigência

A Cláusula Quarta do Contrato nº 011/2025 delimitou a prestação em **12 (doze) parcelas mensais**, remuneradas ao valor unitário de R$ 5.100,00, do que resulta o valor global de R$ 61.200,00. O prazo de execução do objeto foi, portanto, contratualmente fixado em doze meses, contados da celebração do ajuste, ocorrida em 12 de março de 2025, com termo final em 12 de março de 2026.

A referência, na Cláusula Sétima, item 7.1, à data de 31 de dezembro de 2025 não infirma essa conclusão: corresponde à limitação orçamentária do exercício financeiro, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, e não a termo final autônomo da avença — interpretação que se impõe porque, do

FLS. Nº 28

contrário, restaria inexecutada parcela substancial do objeto contratado e remunerado, com enriquecimento indevido da Administração.

Mais que isso: a **Cláusula Sétima, item 7.2**, dispõe expressamente que, não exaurido o objeto até o final da vigência, o contrato **será automaticamente prorrogado**, desde que haja disponibilidade de créditos orçamentários. Não tendo o objeto se exaurido ao término do exercício de 2025 — remanescendo parcelas contratadas e não executadas —, operou-se de pleno direito a prorrogação ali prevista, de modo que o ajuste permaneceu vigente até o implemento do prazo de doze meses.

Essa compreensão é a que a Administração sempre adotou, como demonstra o ofício de consulta dirigido à contratada, no qual se registra que o encerramento contratual se daria no curso do mês de março de 2026.

II.4 – Da tempestividade do aditamento

Assentado que a vigência se estendia até 12 de março de 2026, verifica-se que o procedimento destinado à prorrogação foi instaurado com antecedência superior a 15 (quinze) dias em relação a essa data, instruído ao longo de todo o período e concluído com a celebração do termo aditivo ainda no curso da vigência, de modo que **não há solução de continuidade** e o aditamento incide sobre contrato plenamente vigente.

O período prorrogado, de 12 (doze) meses contados do termo final originário, guarda simetria com o prazo da contratação inicial e configura a primeira prorrogação do ajuste, muito aquém do limite decenal do art. 107.

II.5 – Da vantajosidade, da anuência e da manutenção das condições de habilitação

Consta dos autos atestado formal da autoridade competente no sentido de que as condições e os preços contratados permanecem vantajosos para a Administração, em atendimento ao art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

A prorrogação opera-se com **integral manutenção das condições econômicas originárias**, preservada a parcela mensal de R$ 5.100,00, sem qualquer reajuste — ainda que a Cláusula Sexta do contrato autorizasse a repactuação pelo IPCA após decorridos doze meses da data-base, prazo já integralmente transcorrido. A renúncia à correção monetária constitui demonstração objetiva e quantificável de economicidade.

A contratada manifestou formalmente seu interesse na prorrogação e reafirmou o compromisso com a qualidade dos serviços, restando satisfeita a bilateralidade exigida pela parte final do art. 107.

O gestor/fiscal do contrato manifestou-se quanto à execução satisfatória do objeto e à inexistência de aplicação de penalidades ou registros de inadimplemento, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

A contratada comprovou, por fim, a manutenção das condições de habilitação exigidas quando da contratação originária, em cumprimento ao art. 92, XVI, da Lei nº 14.133/2021.

FLS. Nº 29
Rubrica

II.6 – Da contratação originária por dispensa de licitação

O Contrato nº 011/2025 decorreu de dispensa de licitação fundada no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, hipótese de contratação direta em razão do valor.

A prorrogação não configura, por si só, burla ao dever de licitar. O art. 75, §1º, da Lei nº 14.133/2021 estabelece que a aferição dos limites de dispensa considera o somatório do que for despendido **no exercício financeiro** pela respectiva unidade gestora, bem como o somatório das despesas realizadas com objetos de mesma natureza.

Impõe-se, contudo, cautela específica. O valor anual da contratação situa-se em patamar próximo ao teto legal da dispensa por valor, de modo que a soma de qualquer outra despesa de mesma natureza no exercício pode conduzir à superação do limite. Recomenda-se, por isso, o controle formal e documentado desse somatório antes de cada empenho, observado o limite vigente atualizado na forma do art. 182 da Lei nº 14.133/2021, e a avaliação, para o exercício seguinte, da conveniência de deflagrar procedimento licitatório próprio.

II.7 – Da adequação orçamentária e financeira

A despesa decorrente da prorrogação, estimada em R$ 61.200,00 (sessenta e um mil e duzentos reais) para o período de 12 (doze) meses, correrá à conta da dotação indicada pelo Setor Contábil — Órgão 01, Unidade Gestora 01.01, Projeto/Atividade 2001 – Manutenção e Funcionamento da Câmara Municipal, Classificação Econômica 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

O Ordenador de Despesas firmou a declaração de adequação orçamentária e financeira e de compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, na forma do art. 16, II, da Lei Complementar nº 101/2000, restando atendida a exigência do art. 150 da Lei nº 14.133/2021.

Observe-se que o período prorrogado atravessa dois exercícios financeiros, razão pela qual a parcela imputável ao exercício de 2027 deverá contar com a correspondente previsão na respectiva lei orçamentária, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

II.8 – Da minuta do termo aditivo

Examinada a minuta acostada aos autos, verifica-se a correta qualificação das partes e de seus representantes legais, a delimitação precisa do objeto do aditamento — restrito à alteração da Cláusula Sétima do contrato originário —, a indicação do novo prazo de vigência, do valor estimado e da respectiva dotação orçamentária, bem como a ratificação expressa das demais cláusulas do instrumento, em conformidade com o art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

Registre-se que o aditamento é exclusivamente de prazo, não importando alteração quantitativa ou qualitativa do objeto, o que afasta a incidência dos limites do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

II.9 – Da publicidade como condição de eficácia

Registre-se que a eficácia do termo aditivo condiciona-se à sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo de 10 (dez) dias úteis contados de sua assinatura, nos termos

FLS. Nº 30
Rubrica

do art. 94, II, da Lei nº 14.133/2021, obrigação igualmente prevista na Cláusula Décima Quarta do instrumento contratual, sem prejuízo da publicação no veículo oficial de imprensa desta Casa Legislativa e da remessa da documentação ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, na forma e nos prazos definidos em ato normativo daquela Corte.

II.10 – Da observância da legislação eleitoral durante o período prorrogado

Consideração final se impõe, em razão da natureza do objeto e do período abrangido pela prorrogação.

O art. 73, VI, "b", da Lei nº 9.504/1997 veda aos agentes públicos, nos 3 (três) meses que antecedem o pleito, a autorização de publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos, ressalvada a propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado e os casos de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral. Aplica-se, ainda, a vedação do art. 73, VI, "c", quanto à distribuição gratuita de bens e valores, e a do §3º do mesmo dispositivo.

Sendo o objeto contratual a gestão e a produção de conteúdo para os canais institucionais desta Casa, e abrangendo o período prorrogado o exercício de 2026, cumpre à Administração assegurar a integral observância dessas vedações no período crítico, restringindo a divulgação ao estritamente informativo e de caráter permanente — pauta de sessões, atos normativos publicados, informações de serviço e conteúdos de transparência ativa —, com abstenção de qualquer conteúdo de natureza promocional, personalista ou de exaltação de realizações, na forma do art. 37, §1º, da Constituição Federal.

Recomenda-se que a Presidência expeça orientação formal à contratada e ao fiscal do contrato nesse sentido, com antecedência ao início do período vedado, e que o cumprimento seja documentado nos autos da fiscalização.

III – CONCLUSÃO

Ante o exposto, opina esta Assessoria Jurídica, sob o prisma estritamente jurídico-formal e com base nas premissas consignadas no item II.1, de modo **FAVORÁVEL** à celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 011/2025, para prorrogação de sua vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, contados do termo final do período originário, com fundamento no art. 107 da Lei nº 14.133/2021 e na Cláusula Sétima, item 7.2, do instrumento contratual, aprovando-se a minuta acostada aos autos.

Recomenda-se, para o resguardo da Administração:

1. a retificação do valor por extenso constante da Cláusula Quarta do contrato originário, de modo a fazê-lo corresponder ao valor numérico ali expresso;
2. a explicitação, no termo aditivo, de que o prazo contratado corresponde a 12 (doze) parcelas mensais, em harmonia com a Cláusula Quarta do instrumento originário;
3. a colheita das assinaturas das partes e de 02 (duas) testemunhas, com a respectiva qualificação;

FLS. Nº 31
Rubrica

4. a divulgação do extrato do termo aditivo no PNCP no prazo do art. 94, II, da Lei nº 14.133/2021, com juntada aos autos do comprovante de publicação, bem como a publicação no veículo oficial desta Casa e no Portal da Transparência, assegurada a exata correspondência entre o extrato publicado e o teor do instrumento;
5. a remessa da documentação ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão na forma e nos prazos de sua regulamentação;
6. a emissão da nota de empenho prévia à execução da despesa, nos termos do art. 60 da Lei nº 4.320/1964, e a previsão da parcela relativa ao exercício de 2027 na respectiva lei orçamentária;
7. o controle formal e documentado do somatório das despesas de mesma natureza no exercício, para observância do limite do art. 75, II e §1º, da Lei nº 14.133/2021, com avaliação da conveniência de deflagração de procedimento licitatório próprio para os exercícios subsequentes;
8. a designação e o registro formal do gestor e dos fiscais do contrato para o novo período de vigência, na forma do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, com aprovação prévia do conteúdo a ser veiculado;
9. a expedição de orientação formal à contratada e ao fiscal quanto às vedações do art. 73 da Lei nº 9.504/1997 durante o período eleitoral, na forma do item II.10;
10. a exigência da manutenção das condições de habilitação durante toda a vigência prorrogada, com renovação periódica das certidões;
11. a conferência da integralidade dos autos, com desentranhamento de eventuais peças estranhas ao objeto deste processo, mediante termo próprio;
12. a numeração e a rubrica sequencial das folhas dos autos, na forma do art. 22, §4º, da Lei nº 9.784/1999.

É o parecer, que submeto à superior apreciação.

Duque Bacelar/MA, 11 de março de 2026.

José Diêgo Leal Seles
OAB/PI nº 11586
Portaria nº 002/2025
Assessor Jurídico

FLS. Nº 32
RUBRICA

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR-MA

CONVOCAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE ADITIVO

A CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR-MA, convoca a Empresa V P DA C CASTRO, CNPJ nº 45.538.503/0001-53, com sede na Rua são Judas Tadeu, s/n, Centro, Duque Bacelar/MA, para assinatura de Termo de Aditivo de Prazo do contrato nº 011/2025 , decorrente da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2025.

.

Solicitamos o envio da documentação de Regularidade Fiscal e Trabalhista, atualizada.

Cumpre-nos informar que a desatenção injustificada acarretará as sanções prevista em lei.

Sendo o que de momento se nos apresenta, subscrevemo-nos com apreço.

Duque Bacelar - MA, 12 de março de 2026

Antonio Fernando Oliveira

Antônio Fernando Oliveira
Presidente

FLS. Nº 33
Rubrica

Contrato Original nº 011/2025 - 1º. ADITIVO

Processo Administrativo nº 012/2026.

PRIEMIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SE CELEBRAM DE UM LADO A CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR E DO OUTRO A EMPRESA V P DA C CASTRO

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR, inscrita no CNPJ: 07.740.442/0001-13, sediada à Av. Coronel Rosalino, S/n, Centro, Duque Bacelar - Ma, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Sr. Antônio Fernando Oliveira CPF: 432.433.123-53, Presidente.

CONTRATADA: V P DA C CASTRO, CNPJ nº 45.538.503/0001-53, com sede na Rua são Judas Tadeu, s/n, Centro, Duque Bacelar/Ma, denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor, Vinícios Pereira da Costa Castro, CPF nº 608.984.583-31.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

O objeto deste Termo de Aditivo é alterar a **Cláusula Sétima** Contrato Original nº 011/2025, que tem como objeto: Contratação de empresa especializada na **prestação de serviços de** Marketing e Publicidade para Gestão e Manutenção de Redes Sociais da Câmara Municipal de Duque Bacelar do dia 12 de março de 2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

Fica alterado o prazo para execução dos serviços será demais 12 (doze) meses a contar da data da assinatura do presente Termo Aditivo, 12/03/2026 a 12/03/2027, nos Termos da Lei 14.133/21 e se houver interesse entre as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

FLS. Nº 34
Rubrica

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas do contrato original não mencionadas neste Termo Aditivo.

E, por estarem ajustadas e acordadas, as partes assinam o presente aditamento em 03 (três) vias de igual teor e firma para um só efeito legal.

Duque Bacelar (MA), 12 de março de 2026

CONTRATANTE:

Antônio Fernando Oliveira
Presidente Câmara Municipal de Duque Bacelar

CONTRATADA:

gov.br Documento assinado digitalmente
VINICIOS PEREIRA DA COSTA CASTRO
Data: 12/03/2026 23:06:26-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

V P DA C CASTRO
CONTRATADA

Testemunhas:

1_____ CPF: _____

2_____ CPF: _____

FLS. Nº 35
Rubrica

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: V P DA C CASTRO
CNPJ: 45.538.503/0001-53

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 15:56:50 do dia 23/12/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 21/06/2026.
Código de controle da certidão: **3954.D84F.CD30.F117**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

FLS. Nº 36

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 45.538.503/0001-53
Razão Social: V P DA C CASTRO
Endereço: 1A SAO JUDAS TADEU SN / CENTRO / DUQUE BACELAR / MA / 65625-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:23/02/2026 a 24/03/2026

Certificação Número: 2026022320255788270669

Informação obtida em 13/03/2026 15:02:43

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

CNPJ: 45.538.503/0001-53
Certidão nº: 5225508/2026
Expedição: 26/01/2026, às 09:42:25
Validade: 25/07/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que o CNPJ sob o nº **45.538.503/0001-53**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
Certidão expedida sem indicação do nome/razão social, tendo em vista que o CPF/CNPJ consultado não figura na última versão da base de dados da Receita Federal do Brasil - RFB enviada ao Tribunal Superior do Trabalho - TST. Para saber a situação desse CPF/CNPJ, consulte o sítio da RFB (www.receita.fazenda.gov.br).
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

FLS. Nº 38

Rubrica

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 022062/26 **Data da** 26/01/2026 09:40:41

Inscrição Estadual: 127468218 **CPF/CNPJ:** 45538503000153

Razão Social: V P DA C CASTRO

Endereço: SAO JUDAS TADEU, SN CEP: 65625000 - CENTRO

Telefone: (98)81539453 **Município:** DUQUE BACELAR **UF:** MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 26/04/2026.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 26/01/2026 09:40:41

FLS. Nº 39
Rubrica

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 007564/26 **Data da** 26/01/2026 09:41:43

Inscrição Estadual: 127468218 **CPF/CNPJ:** 45538503000153

Razão Social: V P DA C CASTRO

Endereço: SAO JUDAS TADEU, SN CEP: 65625000 - CENTRO

Telefone: (98)81539453 **Município:** DUQUE BACELAR **UF:** MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156, da lei nº 2.231, de 29/12/1962, substanciado pelos artigos 240 a 242 da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve o artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 26/04/2026.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 26/01/2026 09:41:43

FLS 40
Rub

PREFEITURA DE
DUQUE
BACELAR
PRA FAZER MUITO MAIS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Certifico a requerente verbal de parte interessada que revendo os livros de lançamentos de débitos desta Prefeitura Municipal, os arquivos em andamento deles, não constatei nenhum débito referente ao IPTU, TSU, TLF, ISS, FÓRUNS, LAUDÊMIOS etc., em nome de: V P DA C CASTRO CNPJ: 45.538.503/0001-53; situado na Rua São Judas Tadeu, s/n, Centro, Duque Bacelar - MA, CEP: 65625-000. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Municipal o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

E para constar o Fiscal Municipal subscreve.

Essa certidão tem prazo de validade de 90 dias a partir da data de sua emissão.

Duque Bacelar/MA, 12 de janeiro de 2026.

VISTO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Antonio Carlos Raudany da S. Almeida
Chefe de Arrecadação Tributária
Secretaria de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
SETOR TRIBUTÁRIO

FLS. Nº 45
Rubrica

PREFEITURA DE
DUQUE
BACELAR
PRA FAZER MUITO MAIS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Certifico a requerente verbal de parte interessada que revendo os livros de lançamentos de débitos desta Prefeitura Municipal, os arquivos em andamento deles, não constatei nenhum débito referente ao IPTU, TSU, TLF, ISS, FÓRUNS, LAUDÊMIOS etc., em nome de: V P DA C CASTRO CNPJ: 45.538.503/0001-53; situado na Rua São Judas Tadeu, s/n, Centro, Duque Bacelar - MA, CEP: 65625-000. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Municipal o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

E para constar o Fiscal Municipal subscreve.

Essa certidão tem prazo de validade de 90 dias a partir da data de sua emissão.

Duque Bacelar/MA, 12 de janeiro de 2026.

VISTO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Antonio Carlos Raudany da S. Almeida
Chefe de Arrecadação Tributária
Secretaria de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
SETOR TRIBUTÁRIO

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

FLS. Nº 42
Rubr

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 30/01/2026 18:23:57

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **V P DA C CASTRO**
CNPJ: **45.538.503/0001-53**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

FLS. Nº 43

Rubri

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

CERTIDÃO ESTADUAL - PRIMEIRO GRAU

FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Data emissão: 30/01/2026 **Nº da certidão:** 12600410422

Data de validade: 30/03/2026 **Código de Validação:** b6f36be03f

NOME: V P DA C CASTRO

CNPJ: 45.538.503/0001-53

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do 1o GRAU DE JURISDIÇÃO do Poder Judiciário do Estado do Maranhão sobre ocorrência de ações de pedido de Falência, Concordata e Recuperação Judicial distribuída(s) que esteja(m) em tramitação em face da pessoa acima identificada.

A Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial contempla ações de Falência, Recuperação Judicial/Extrajudicial e Insolvência Civil.

Observações:

a) Os dados do(a) solicitante acima informado são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário;

b) A validade desta certidão é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão;

c) Esta certidão é válida apenas para maiores de 18 anos;

d) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão Estadual, utilizando o código de validação acima identificado;

e) Fonte da pesquisa: sistema PJE (1o grau);

FLS 49
Rubr

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR-MA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 011/2025

PARTES: Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 07.740.442/0001-13 e a empresa: V P DA C CASTRO, CNPJ nº 45.538.503/0001-53, com sede na Rua são Judas Tadeu, s/n, Centro, Duque Bacelar/Ma, tendo por **OBJETO,** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Marketing e Publicidade para Gestão e Manutenção de Redes Sociais da Câmara Municipal de Duque Bacelar, **CLAUSULA PRIMEIRA** - O presente Aditivo tem a finalidade de alterar a Cláusula Sétima do Contrato Original CONTRATO Nº 011/2025; **CLAUSULA SEGUNDA** - Fica alterado o prazo para execução, será de mais 12 (doze) meses, a partir do dia 12/03/2026 a 12/03/2027, nos Termos da Lei 14.133/21 e se houver interesse entre as partes. As demais cláusulas ficam inalteradas e em pleno vigor do contrato original. **SIGNATÁRIOS:** Sr. Vinícios Pereira da Costa Castro, CPF nº 608.984.583-31, pela contratada e o Sr. Antônio Fernando Oliveira CPF: 432.433.123-53, Presidente, pela contratante. Em, 12 de março de 2026.

Adv. José Diego Leal Sales
OAB/PI 11586
Assessoria Jurídica

DIÁRIO OFICIAL | CÂMARA DE DUQUE BACELAR - MA
VOL. II – Nº 0307/2026 – 16 DE ABRIL DE 2026
ISSN - XXXX - XXXX

FLS. Nº
Rubrica 45

EXTRATO TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 002/2025

EXTRATO TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 002/2025

PARTES: Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 07.740.442/0001-13 e a empresa: FRANCISCO C MOURA-ME, inscrita no CNPJ n.º 04.650.481/0001-31, com sede na Avenida Mário Andreazza, Comercial Amsterdã, Sala 11, Bairro Turu, São Luís/MA, tendo por OBJETO, prestação de serviços de Assessoria Contábil em apoio às atividades da Câmara Municipal de Duque Bacelar/Ma, **CLAUSULA PRIMEIRA** - O presente Aditivo tem a finalidade de alterar a Cláusula Decima do Contrato Original CONTRATO Nº 002/2025; **CLAUSULA SEGUNDA** - Fica alterado o prazo para execução, será de mais 11 (onze) meses, a partir do dia 22/01/2026 a 22/01/2027, nos Termos da Lei 14.133/21 e se houver interesse entre as partes. As demais cláusulas ficam inalteradas e em pleno vigor do contrato original. SIGNATÁRIOS: Sr. Francisco Calvet Moura CPF: 78669553368, pela contratada e o Sr. Antônio Fernando Oliveira CPF: 432.433.123-53, Presidente, pela contratante. Em, 22 de janeiro de 2026.

Adv. José Diêgo Leal Sales
OAB/PI 11586
Assessoria Jurídica

Identificador: 3816-8884cdd3c9a42d7a940a0de5419a354cfc07178e

EXTRATO TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 006/2025

EXTRATO TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº *006/2025*

PARTES: Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 07.740.442/0001-13 e a empresa: B V SERVIÇOS E CONSULTORIA LTDA, inscrita no C.N.P.J sob o nº 49.201.603.0001-40, com sede na Rua 02, nº 50, Centro, Chapadinha-Ma, tendo por OBJETO, Contratação de empresa especializada na locação de veículo Pick-UP cabine simples, de interesse da Câmara Municipal de Duque Bacelar, **CLAUSULA PRIMEIRA** - O presente Aditivo tem a finalidade de alterar a Cláusula Sétima do Contrato Original CONTRATO Nº 006/2025; **CLAUSULA SEGUNDA** - Fica alterado o prazo para execução, será de mais 11 (onze) meses, a partir do dia 05/02/2026 a 05/05/2027, nos Termos da Lei 14.133/21 e se houver interesse entre as partes. As demais cláusulas ficam inalteradas e em pleno vigor do contrato original. SIGNATÁRIOS: Sr. Francisco Eduardo Bezerra Viana, CPF nº 477.631.404-53, pela contratada e o Sr. Antônio Fernando Oliveira CPF: 432.433.123-53, Presidente, pela contratante. Em, 05 de fevereiro de 2026.

Adv. José Diêgo Leal Sales
OAB/PI 11586
Assessoria Jurídica

Identificador: 3816-e3603dab1d31fd91b9fc1ee00dea0dc73ca10c4c

EXTRATO TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 007/2025

Rubrica

EXTRATO TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº *007/2025*

PARTES: Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 07.740.442/0001-13 e a empresa: ERICEIRA ASSESSORIA CONTABIL LTDA, CNPJ n.º 26.771.000/0001-89, com sede na Avenida Mário Andreazza, Comercial Amsterdã, Sala 11, Bairro Turu, São Luís/MA, tendo por OBJETO, Contratação de empresa especializada para consultoria e assessoria técnica ao controle interno da Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA, **CLAUSULA PRIMEIRA** - O presente Aditivo tem a finalidade de alterar a Cláusula Decima do Contrato Original CONTRATO Nº 007/2025; **CLAUSULA SEGUNDA** - Fica alterado o prazo para execução, será de mais 11 (onze) meses, a partir do dia 04/02/2026 a 04/02/2027, nos Termos da Lei 14.133/21 e se houver interesse entre as partes. As demais cláusulas ficam inalteradas e em pleno vigor do contrato original. SIGNATÁRIOS: Sr. Messias Ericeira dos Reis, CPF: 034.516.243-97, pela contratada e o Sr. Antônio Fernando Oliveira CPF: 432.433.123-53, Presidente, pela contratante. Em, 04 de fevereiro de 2026.

Adv. José Diêgo Leal Sales
OAB/PI 11586
Assessoria Jurídica

Identificador: 3816-5636677377025b8d891ce9a40fcc6b782e64bb57

EXTRATO TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 011/2025

EXTRATO TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº *011/2025*

PARTES: Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 07.740.442/0001-13 e a empresa: V P DA C CASTRO, CNPJ nº 45.538.503/0001-53, com sede na Rua são Judas Tadeu, s/n, Centro, Duque Bacelar/Ma, tendo por OBJETO, Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Marketing e Publicidade para Gestão e Manutenção de Redes Sociais da Câmara Municipal de Duque Bacelar, **CLAUSULA PRIMEIRA** - O presente Aditivo tem a finalidade de alterar a Cláusula Sétima do Contrato Original CONTRATO Nº 011/2025; **CLAUSULA SEGUNDA** - Fica alterado o prazo para execução, será de mais 12 (doze) meses, a partir do dia 12/03/2026 a 12/03/2027, nos Termos da Lei 14.133/21 e se houver interesse entre as partes. As demais cláusulas ficam inalteradas e em pleno vigor do contrato original. SIGNATÁRIOS: Sr. Vinícios Pereira da Costa Castro, CPF nº 608.984.583-31, pela contratada e o Sr. Antônio Fernando Oliveira CPF: 432.433.123-53, Presidente, pela contratante. Em, 05 de fevereiro de 2026.

Adv. José Diêgo Leal Sales
OAB/PI 11586
Assessoria Jurídica

Identificador: 3816-4fe2badc8cf7f6531ac271a3ce2937b0bf99b1b3

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR-MA

ORDEM DE SERVIÇO

Autorizo a empresa V P DA C CASTRO, CNPJ nº 45.538.503/0001-53, com sede na Rua são Judas Tadeu, s/n, Centro, Duque Bacelar/MA, Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Marketing e Publicidade para Gestão e Manutenção de Redes Sociais da Câmara Municipal de Duque Bacelar /MA, objeto da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2025, Processo nº 012/2025.

Duque Bacelar - MA, 12 de março de 2026

Antônio Fernando Oliveira
Presidente

FLS. Nº 47

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

TERMO DE ENCERRAMENTO DE PROCESSO

Processo Administrativo nº 012/2026

Aos dezesseis dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, lavrei o presente TERMO DE ENCERRAMENTO deste processo Administrativo para realização de aditivo de prestação de serviços de Marketing e Publicidade para Gestão e Manutenção de Redes Sociais da Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA, que tem como última folha a de nº ....., que corresponde a este termo.

Antônio Fernando Oliveira
Presidente